

13 DE AGOSTO DE 2020 22ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão.
2 - DOUGLAS GARCIA
Para comunicação, lamenta que alguém tenha aberto uma empresa em seu nome, fazendo uso de informações pessoais suas que foram vazadas no início de junho. Cobra das autoridades a identificação do criminoso.
3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Dá conhecimento e coloca em votação requerimento, do deputado Campos Machado, de retirada do PR 14/20.
4 - CORONEL TELHADA
Para questão de ordem, indaga acerca do requerimento em tela.
5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Presta esclarecimentos ao deputado Coronel Telhada. Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de retirada do PR 14/20.
6 - JORGE CARUSO
Solicita uma verificação de votação.
7 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.
8 - JORGE CARUSO
Retira seu pedido de verificação de votação.
9 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Registra a manifestação. Informa que o PR 14/20, tendo sido retirado de pauta, será arquivado. Encerra a sessão.
* * *
- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.
* * *
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
Ordem do Dia.
* * *
- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *
O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Douglas Garcia.
O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Vossa Excelência me permite uma comunicação, Sr. Presidente?
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência tem a palavra para uma comunicação.
O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, apenas para comunicar aos nobres deputados da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: alguns vieram me perguntar, e inclusive jornalistas também, a respeito de algo que ocorreu comigo.
No dia 2 de junho, mais ou menos, no início do mês de junho, vazaram os meus dados nas redes sociais, não só meus, como de muitas outras autoridades, como do presidente da República, da primeira-dama, dos filhos do presidente da República, da ministra Damares e do ministro Abraham Weintraub. Inclusive, houve uma operação da Polícia Federal que prendeu esses hackers aqui no estado de São Paulo e em outros cantos do nosso Brasil.
Sr. Presidente, para minha surpresa, no dia de hoje, recebi a ligação do jornal "O Globo" dizendo que abriram uma empresa no meu nome. Ora, vejamos só, abriram uma empresa, Sr. Presidente. Pegaram as minhas informações que foram vazadas nas redes sociais e abriram uma empresa no meu nome.
Isso aqui é crime. Isso que cometeram é crime. Então, apenas para comunicar à Assembleia Legislativa que utilizarei, inclusive, da Polícia Civil daqui, da assessoria da Polícia Civil da Assembleia de São Paulo, para abrir um boletim de ocorrência. Vou registrar um boletim de ocorrência e colocarei todas as autoridades competentes para que façam uma investigação. Isso foi feito na Receita Federal.
Eu não vou descansar. Para você, criminoso que está me ouvindo agora neste momento: não existirá nenhum dispositivo nesta República que possa camuflar o IP da máquina que você utilizou para poder cometer esse crime. Eu utilizarei de todas as prerrogativas que tenho como deputado e como cidadão, e as instituições deste país, para fazer a investigação para colocar gente como você na cadeia.
Isso aqui mostra, mais uma vez, que não sou o agressor. Nesse processo todo, eu sou a vítima. Vazaram as minhas informações, abriram uma empresa em meu nome e estão me processando por algo que não cometi. Mas a Justiça dará a última palavra e colocará cada um de vocês na cadeia.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Votação em primeiro turno adiada do Projeto de Resolução nº 14, de 2020, de autoria do nobre deputado Campos Machado, que altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa para o retorno da realização das atividades parlamentares em ambiente virtual no contexto da pandemia provocada pelo novo coronavírus.
Há sobre a mesa um requerimento de retirada do Projeto de Resolução nº 14, de 2020, de autoria do nobre deputado Campos Machado. Coloco em votação o requerimento.
O SR. CORONEL TELHADA - PP - Questão de ordem.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Questão de ordem, deputado.
O SR. CORONEL TELHADA - PP - PARA QUESTÃO DE ORDEM - É só para confirmar, lógico. Havendo a retirada desse projeto, nós encerramos esse assunto de vez? É isso?
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vai para o arquivo e, conforme eu disse na primeira sessão desta semana, na terça-feira, esta seria a única semana em que deliberaríamos sobre esse tema. A partir da semana que vem, retorno às atividades nos moldes que foram propostos por mim, presidente, para o nosso retorno a partir do começo deste mês.
O SR. CORONEL TELHADA - PP - Perfeito. Então a votação vai ser pela retirada do PR 14, de 2020. Essa é a votação?
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Exatamente. Não existirá mais esse projeto de resolução de alteração colocando disposição transitória para que volte ao ambiente virtual a Assembleia Legislativa.
O SR. CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permanecem como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento de retirada.
O SR. JORGE CARUSO - MDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Jorge Caruso.
O SR. JORGE CARUSO - MDB - É possível pedir verificação de votação?
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É possível.
O SR. JORGE CARUSO - MDB - Eu peço verificação de votação.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência é vice-líder do PMDB, e o líder do PMDB, deputado Itamar, não está presente. Vossa Excelência fala pelo PMDB, sim. É regimental o pedido de Vossa Excelência.
O SR. JORGE CARUSO - MDB - Pois não. Requeiro a verificação.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vamos proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. A partir deste momento, estamos fazendo soar o sinal intermitente por quatro minutos para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que não se encontrem em plenário tomem conhecimento da votação que se realizará.
* * *
- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.
* * *
O SR. JORGE CARUSO - MDB - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Jorge Caruso.
O SR. JORGE CARUSO - MDB - Apesar de não ter conversado com o meu líder, mas consultando os líderes aqui em plenário, parece que houve um acordo nesse sentido de aprovação do requerimento de retirada. Então, retiro meu pedido de verificação de votação.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência.
Então, está aprovado o requerimento de retirada solicitado pelo deputado Campos Machado. A partir deste momento, vai para o arquivo o projeto de alteração colocando cláusula de disposição transitória em relação à discussão virtual.
O Legislativo entende que temos que dar continuidade ao modelo de trabalho estabelecido por esta Presidência, que é o modelo presencial com restrições. Perfeito?
O SR. CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem.
O SR. CORONEL TELHADA - PP - Havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento da presente sessão.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Como esgotou o objeto, de qualquer maneira iremos fazer o levantamento, mas agradeço ao nobre deputado Telhada. Esgotado o objeto da presente sessão, está levantada a sessão.
Uma ótima tarde a todos vocês.
* * *
- Encerra-se a sessão às 19 horas e 11 minutos.
* * *

14 DE AGOSTO DE 2020 38ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e TENENTE NASCIMENTO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Crítica o PL 529/20. Lista áreas a serem afetadas pela matéria, caso seja aprovada. Afirma que o governo estadual pretende atingir servidores aposentados. Lê e rebate justificativa do governo Doria. Assevera que a intenção do Governo do Estado é promover a terceirização dos serviços.
3 - JANAINA PASCHOAL
Considera excessivo o número de matérias presentes no PL 529/20. Afirma que a morosidade da Justiça decorre principalmente do dever de recorrer, quando a decisão é contrária ao Poder Público. Apoiar o citado projeto, no que tange a extinguir essa obrigação. Reflete acerca de diálogo com a liderança do Governo, a respeito do tema.
4 - TENENTE NASCIMENTO
Assume a Presidência.
5 - CORONEL TELHADA
Parabeniza o município de Apiaí pela data comemorativa de seu aniversário. Informa que hoje comemora-se o Dia do Cardiologista e o Dia de Combate à Poluição. Lamenta o falecimento do subtenente Ivan Lourival Cardoso, vitimado pela Covid-19. Anuncia dados estatísticos referentes a ocorrências atendidas pela Polícia Militar, de janeiro a julho do presente ano. Comenta prisão por tráfico de animais silvestres. Crítica o PL 529/20. Afirma que o objetivo do governo estadual é privatizar instituições.
6 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência.
7 - TENENTE NASCIMENTO
Manifesta gratidão ao presidente Jair Bolsonaro por visitar, no Hospital Cruz Azul, a viúva do policial militar Samuel Victor, assassinado. Exibe e comenta vídeo a respeito do tema, inclusive com referência à emenda parlamentar, de sua autoria, encaminhada à instituição. Informa que a entidade hospitalar também atende pelo SUS, em auxílio ao combate à Covid-19.
8 - GIL DINIZ
Lê e comenta artigo sobre prisão de Carlos Afonso, vulgo Luciano Ayan, membro do MBL. Assevera que o acusado tem auxiliado a CPI das Fake News, no Congresso Nacional. Clama ao Ministério Público que investigue o envolvimento do citado, com pedofilia.
9 - CARLOS GIANNAZI
Reitera crítica ao PL 529/20. Lamenta justificativa de necessidade de ajuste fiscal, informada pelo Governo do Estado. Argumenta que o governo Doria pretende levar a efeito demissão em massa, via extinção de instituições, as quais lista. Defende que o governo estadual cobra devedores do Erário Público. Lamenta isenções fiscais referentes ao ICMS.
10 - JANAINA PASCHOAL
Informa que deve apresentar, hoje, emendas que visem a retirar do PL 529/20, a Furp e o Oncocentro. Destaca o trabalho executado por este, em benefício de pacientes acometidos por câncer facial. Manifesta preocupação com a possível extinção do Imesc - Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo. Discorre acerca da relevância da instituição na seara criminal.
11 - CARLOS GIANNAZI
Lamenta a demissão de cerca de 40 servidores responsáveis pelo arquivo da Cinemateca. Afirma que o governo federal abandonara a instituição. Clama pela readmissão dos funcionários. Acrescenta que é obrigação da União a preservação e manutenção do Patrimônio

Histórico e Cultural. Assevera que representara, junto ao Ministério Público Federal, o governo Bolsonaro.
12 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
13 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Anota o pedido.
14 - GIL DINIZ
Para comunicação, comenta o aumento da popularidade do presidente Jair Bolsonaro, informado em pesquisa.
15 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Defere o pedido do deputado Carlos Giannazi. Endossa o pronunciamento do deputado Gil Diniz. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 17/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos nesta sexta-feira, dia 14 de agosto. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.
Portanto, neste momento ingressamos no Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos. A primeira oradora é a deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Enio Lula Tatto. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputado Teonilo Barba Lula. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. tem o tempo regimental.
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, o PL 529, que foi publicado ontem no Diário Oficial, que eu já fiz um pronunciamento dizendo que esse projeto é perverso, é nefasto e é sádico porque ele ataca a prestação de serviços públicos para a população do estado de São Paulo.
Ele desmonta também o Patrimônio Público, inclusive autorizando a venda de vários imóveis do estado de São Paulo. Ele representa o desmonte do estado e ataca, sobretudo, os trabalhadores e as trabalhadoras do estado de São Paulo de várias áreas ao propor a extinção de autarquias, de fundações e de empresas públicas.
Sem contar que é um projeto que ataca o lamspe em várias áreas, sobretudo, quando aumenta as contribuições, quando confisca salários dos servidores aumentando a alíquota de contribuição de dois para três por cento, seguindo a mesma lógica dos planos de saúde, dos mercadores da Saúde que existem hoje no Brasil.
Mas eu vou falar, Sr. Presidente, é um projeto complexo. É um projeto que eu considero um X-Tudo, porque tem de tudo. Tem reforma tributária, reforma administrativa, tem securitização. Até isso entrou nesse projeto, que é uma medida também extremamente perversa que ataca o Orçamento público do estado de São Paulo.
Mas entre tantas maldades, Sr. Presidente, uma das que mais acabaram me chamando a atenção foi justamente na justificativa, quando ele tenta aqui no Projeto de lei nº 529 justificar um programa de demissão involuntária, o antigo PDV, aquele programa de demissão voluntária. Então, nesse PDI ele diz o seguinte, Sr. Presidente. Ele faz um ataque frontal, aberto e sem escrúpulos aos servidores aposentados.
Olhe o que diz a justificativa do projeto de lei do governo Doria sobre esses servidores: "Esses servidores já preencheram os requisitos da aposentadoria e a maioria é aposentada pelo INSS. Embora continuem a exercer suas atividades profissionais, o fazem com dificuldade ou sem interesse, desestimulando os demais servidores que desempenham suas atividades na Administração Direta, Indireta e Autárquica." Sr. Presidente, isso é ataque jamais visto.
Eu sei que o PSDB tem ódio mortal dos servidores públicos. Faz parte do DNA do PSDB a "privataria": privatizar, desmontar o estado, entregar tudo para o capital privado e atacar sistematicamente os trabalhadores, em especial os servidores. A retirada de direitos, de benefícios faz parte do DNA; está na história do PSDB.
Então aqui ele faz um ataque frontal. O Doria já tinha feito isso no ano passado em relação a uma manifestação que teve, acho que em São José dos Campos. Ele atacou os aposentados e agora ele escreve isso no projeto de lei, dizendo que esses aposentados que estão trabalhando, que são produtivos, que são sérios e competentes, são desqualificados aqui no projeto de lei.
Mas, na verdade, o que está por detrás, Sr. Presidente, é a terceirização desses serviços. Olhe o que ele diz ainda, continuando só para concluir essa parte: "Ante o cenário descrito, o Programa de Demissão Incentivada - PDI - atenderia aos interesses da Administração, na medida que incentivaria o desligamento desses servidores, possibilitando a renovação do quadro com aqueles que possuem ânimo de permanência." Olhe que absurdo, Sr. Presidente.
Na verdade, ele vai demitir esses servidores. Quase seis mil servidores serão demitidos, serão afastados do estado e eles serão substituídos não por servidores aprovados em concursos públicos, mas sim por empresas terceirizadas, Sr. Presidente.
Eu fico pensando isso no lamspe, que tem muitos servidores nessa situação, admitidos antes de 1983. Vai ser um desastre total. Eles vão terceirizar tudo, Sr. Presidente.
Esses servidores têm experiência, têm trajetória, têm conhecimento acumulado, o que é muito importante para o estado, sobretudo na área da Saúde, na área da Assistência. Eles serão todos dispensados e substituídos por trabalhadores terceirizados para beneficiar empresas terceirizadas.
É disso que se trata também o projeto, mas voltarei à tribuna para continuar apresentando aqui as contradições e institucionalidades do perverso Projeto nº 529, que é o projeto de desmonte do estado e de ataque aos servidores e aos serviços públicos do estado de São Paulo.
Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado Giannazi. A próxima deputada é a Sra. Deputada Janaina Paschoal. Vossa Excelência tem o tempo regimental.
A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., todos os colegas presentes, os funcionários da Casa, as pessoas que nos acompanham. Ontem, já comecei a conversar com os colegas e com o público sobre esse novo Projeto nº 529, de 2020.
Destaquei, não só aqui no plenário, mas em redes sociais também, que entendo que o governo se equivocou ao mandar

tantas matérias tão diversas em um único projeto. Essa forma de legislar, em certa medida, acaba prejudicando o próprio governo, porque, por exemplo, existem pontos no projeto que eu gostaria de poder apoiar com veemência, como a parte que prevê que a Procuradoria-Geral do Estado não precisará recorrer em situações em que a jurisprudência já está consolidada, no sentido da decisão desconforme ao estado.
Todos nós sabemos - e quando do debate todo em torno das súmulas vinculantes, sempre que perguntada, eu trazia esta ponderação a público - que o que mais trava a Justiça não é o debate de causas individuais, não é apresentação de habeas corpus, o que mais trava a Justiça é o fato de a Fazenda, a União, ou seja, os advogados públicos terem o dever de recorrer sempre que a decisão é desfavorável ao ente público.
Esse projeto, nesta parte, é um projeto vanguardista. É vanguarda porque está previsto aqui que, se houver uma decisão desfavorável à Fazenda, a Procuradoria fica - obviamente mediante justificativa, mediante demonstração da situação - desobrigada de recorrer. Isso é positivo para a parte, para o estado, para a segurança jurídica, porque esse débito poderá ser inscrito no caso de ter que inscrever uma parte do débito.
Se houver algum tipo de conciliação, poderá ser cobrado, poderá ser negociado, o que é uma outra abordagem, um outro capítulo da lei que eu vou tratar também. Isso é muito favorável ao sistema judiciário.
Está já na imprensa que virá aqui para esta Casa um pleito do Tribunal de Justiça de elevação de verba orçamentária e este debate está posto não só no estado de São Paulo, em todos os estados da Federação, na União e nós estamos em uma situação de ausência de recursos.
Ora, quando vem um projeto estabelecendo uma desobrigação de recorrer, isso tem impacto na necessidade do número de juízes, número de funcionários, número de desembargadores, números de novas câmaras; então essa parte do projeto não só é muito boa como é um bom exemplo para os outros estados da Federação.
É difícil quando vem um projeto múltiplo e com capítulos tratando de temas tão diversos, porque eu adoraria defender essa parte, mas fico numa situação difícil porque o projeto traz outras tantas partes, algumas das quais absolutamente adversas à minha concepção e meu pensamento e outras, pouco claras. Seria muito importante que o governo refletisse se realmente...
* * *
- Assume a Presidência o Sr. Tenente Nascimento.
* * *
Até conversei sobre isso com o líder do Governo, ontem - Falei: "Deputado Carlão, eu entendo que foi um equívoco." Ele deu a sua posição - que provavelmente é a posição do governo também - dizendo que não, que se fossem dez projetos, seriam dez vezes o tempo de debate.
Eu não sei, talvez houvesse mais chances de sucesso. Então fica aqui essa avaliação sobre uma parte boa do projeto, e o quanto que ficamos com mãos atadas para defender essa parte boa, em virtude de tantos temas diversos.
Eu vi que o meu tempo já extrapolou, vou me inscrever novamente, já que tenho alguns questionamentos muito objetivos para fazer com relação ao projeto. Vou fazê-los em público, porque dá chances de os colegas refletirem sobre nos pontos que estão me intrigando, e de o governo também nos esclarecer o mais rapidamente possível, dado que o prazo para emendas é terça-feira.
Obrigada, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - PSL - Seguindo a lista de oradores inscritos, queremos chamar o deputado Luiz Fernando da Silva. (Pausa.) Deputada Marina Helou. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. Tem o tempo regulamentar para seu pronunciamento nesta sessão.
O SR. CORONEL TELHADA - PP - Prezados deputados e Sras. Deputadas, deputado Tenente Nascimento, que preside esta sessão, todos os que nos assistem pela Rede Aleesp, quero saudar o cabo Armando, como sempre saudando a nossa assessoria policial militar, e a Sílvia que está ao lado dele - que também é uma das meninas que cuidam da manutenção da Casa. Obrigado, viu Sílvia? Agradeça a todos pelo trabalho de todos.
Começando a minha saudação hoje, sempre com o município que faz aniversário. E neste dia 14 de agosto, nós temos o município de Apiaí, próximo à Itapeva. Apiaí está completando 249 anos, a data de fundação é 14 de agosto de 1771. Então um abraço a todos os amigos e amigas de Apiaí. Parabéns por essa data. Sucesso nas missões que têm desempenhado.
Hoje, dia 14 de agosto, também é um dia importante na medicina, é o Dia do Cardiologista, uma profissão tão importante, que cuida da vida do ser humano. E também, o dia 14 de agosto é um dia importante para o planeta Terra, porque é o Dia do Combate à Poluição.
Quem gosta de trabalhar com o meio-ambiente, como é o nosso caso, cuidar do meio-ambiente, cuidar da vida. O combate à poluição é uma parte importante também no nosso dia a dia.
Infelizmente trazendo uma má notícia, o falecimento do subtenente Ivan Lourival Cardoso. O subtenente Ivan Lourival Cardoso trabalhava na 2ª Companhia do 22º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana, aqui na zona sul de São Paulo. Faleceu vítima da Covid-19.
O subtenente Ivan, eu não lembrava do nome, mas pela foto o reconheci. Ele trabalhou comigo, o subtenente Ivan, há muitos anos, quando eu era capitão ainda. Fiquei muito triste, não só pelo fato de conhecê-lo, mas pelo fato de perder mais um irmão policial militar para a Covid, nesta luta tão triste, tão inglória.
Ele estava internado no Hospital Cruz Azul, aqui em São Paulo, estava na Polícia Militar há mais de 27 anos, tinha 49 anos. Um abraço, meus sentimentos a toda a família do subtenente Ivan Lourival Cardoso e um abraço também aos amigos e amigas do 22º Batalhão aqui na zona sul.
Quero também fazer uma referência a alguns números da Polícia Militar do mês de julho de 2020. Sempre é bom trazer esses números, porque algumas pessoas não conhecem o serviço. Quando a gente fala em questão de numeral de serviço, muitas pessoas até se assustam.
Só para vocês terem uma ideia, de janeiro a julho, primeiro semestre de 2020, foram atendidas mais de 11 milhões e 800 mil ligações, chamadas 190. Quase 12 milhões de ligações. Foram apreendidas 4.500 armas de fogo; 21 mil veículos foram recuperados, que eram produtos de roubo e furto; 138 toneladas de drogas apreendidas; 74 mil pessoas presas.
Apesar disso, tenho certeza de que quase metade a audiência de custódia, que adora liberar ladrão, liberou. Então, 74 mil a polícia prendeu; não sei quantos a Justiça pôs na rua. Mas é difícil. A polícia prende e a Justiça põe na rua.
Eu também queria falar aqui em referência a uma ocorrência da Polícia Militar que as pessoas, muitas vezes, não conhecem. É a apreensão ou prisão de pessoas que fazem tráfico de animais. Essa pessoa que foi presa, conhecida como Zé do Bode, trazia ao Brasil e revendia animais silvestres, cuja comercialização e manutenção em cativeiro é proibida.
Foram apreendidas araras, macacos que usavam roupas e fraldas e outros animais silvestres. Foi uma operação conjunta

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h

